

Revista Científica do IS CET

número 9 - 2ª série 2019

# Percursos & IDEIAS

## Cadernos de Turismo





# A HOSPITALIDADE COMO PRINCÍPIO ÉTICO E PRÁTICA SOCIAL

ADALBERTO DIAS DE CARVALHO\*

ISCET-INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E DO TURISMO

## RESUMO

Com a problemática da hospitalidade emerge também a esfera ética do turismo como fenómeno de natureza antropológica e sociológica ao privilegiar-se nele a relação da individualidade com a socialidade, ou seja, as conexões entre o que é do domínio próprio e do domínio da alteridade. Sendo de evitar aqui os discursos demagógicos que pretendem expandir a ideia de que o turismo é, à partida, uma prática que, sem mais, aproxima as pessoas, importa realçar que, tratando-se de um fenómeno que envolve, em princípio, a visita de uns ao habitat de outros, contém um potencial intrusivo de uns em relação aos outros – e a eventual reação destes relativamente aos primeiros – e, deste modo, um potencial de conflitualidade.

## PALAVRAS-CHAVE

Hospitalidade, ética, antropologia, interculturalidade, alteridade.

## ABSTRACT

With the problem of hospitality, the ethical sphere of tourism also emerges as an anthropological and sociological phenomenon, with emphasis on the relationship between the individuality and sociality, that is, the connections between what is one's own domain and the domain of otherness. Avoiding the demagogic discourses which intend to expand the idea that tourism is, at the outset, a practice that, without further, brings people together, it is important to emphasize that, in the case of a phenomenon that involves, in principle, the visit from one to the habitat of others, contains an intrusive potential of one in relation to the others – and the eventual reaction of these to the first – and, therefore, a potential for conflict.

## KEYWORDS

Hospitality, ethics, anthropology, interculturality, otherness.

## ÉTICA E HOSPITALIDADE

Nos nossos dias a hospitalidade – como princípio ético e como prática social – tem sido objeto de usos indevidos, demagógicos, contraditórios e até pretexto para o uso da violência física e simbólica. Os casos das enormes correntes de refugiados que procuram seja a Europa, seja a América do Norte, bem como daqueles que circulam em contextos regionais um pouco por todo o mundo, trouxeram ao de cima atitudes que recusam pura e simplesmente a hospitalidade para os que chegam, atitudes estas que decorrem dos usos dissimulados e abusivos do conceito e da prática, justificando-os inclusive. Há assim países que, sem mais, recusam esses refugiados e outros que, recebendo-os, o fazem na perspetiva de suportarem somente a sua passagem, enclausurando-os, entretanto – em nome do humanitarismo – em campos de exceção, chamados de acolhimento. Guillaume Le Blanc e Fabienne Brugère (2017: 13-15) fazem eco destas contradições e violências, escrevendo:

“Deixando de acolher, afastamos mundos que contudo não deixam de estar aí, fabricamos a invisibilidade e acreditamos podermos desembaraçarmo-nos assim de vidas humanas que batem à nossa porta.

‘Segundo Elfriede Jelinek, desembaraçamo-nos destes seres humanos. Alguém tem uma objeção para colocar? Não. Vamos levantar muros por todo o lado e tudo fica resolvido. Quando não vemos alguém, não há ninguém’. Fazer com que não haja mais ninguém onde há alguém é o contrário da hospitalidade, é a inospitalidade. Ora, a inospitalidade torna-se hostilidade ou mesmo ódio”. (...)

“Todos estes lugares da impossível migração são locais onde aparece ao vivo o reverso das nossas sociedades,

\* Professor Coordenador Principal. adalberto.carvalho@iscet.pt.

mas são também lugares onde nascem pensamentos e práticas que definem uma humanidade comum”.

Perante esta negação objetiva de um real acolhimento, desenham-se por vezes movimentos de indivíduos ou de comunidades locais que rebatem no terreno as justificações políticas estribadas nos lugares-comuns dos interesses nacionais que, na prática, não reconhecem a conceção antropológica e o princípio ético de uma humanidade comum.

A noção de hospitalidade, tão usada nos programas turísticos e muito especialmente naqueles que incidem em destinos insulares, sofre de usos perversos que podem comprometer o seu sentido e impacto. Importa por isso empreender uma abordagem abrangente que capte as suas conotações positivas e negativas, sem prejuízo de finalmente valorizarmos a sua importância para a atividade turística, desde que esclarecida e situada.

Em *Ética de la Hospitalidade*, Daniel Innerarity diz-nos que a categoria da hospitalidade “abrange o empenho de atuarmos interpretativamente com a rica estranheza da vida dos outros, da cultura em que vivemos, às vezes demasiado opaca, até roçar o incompreensível ou hostil, mas que está na origem dessa aprendizagem do novo, do contacto com o que é diferente e a harmonização do díspar em que consiste a nossa vida” (Innerarity, 2008: 17). Trata-se de uma abordagem que claramente realça os desafios das relações sociais em que emerge a estranheza do outro – distante ou próximo –, a oscilar entre o enigma e a recusa, mas, em última instância, apelando-se à solidariedade do diverso enquanto horizonte antropológico. Esboça-se uma problemática que, sendo hermenêutica pelo empenhamento na busca do sentido da estranheza que aí aflora, é igualmente ética ao traçar a “harmonização do díspar” como um princípio ou um referencial de comportamento que abre por esta via necessariamente sobre as noções de solidariedade, a qual, por sua vez, implica as de solicitude e de acolhimento. Solidariedade que decorre da referida harmonização do mesmo com o diferente, solicitude na medida em que implica que cada um se dirija para o outro prestando-lhe a sua atenção e acolhimento pela ideia de atuarmos pensando na vida dos outros e não para além delas. Sempre presente como

um risco iminente a hostilidade surge como uma possibilidade proporcionada pela estranheza do outro.

Poder-se-á concluir que, sem a moldura ética da solidariedade, a conflitualidade inerente às margens da incompreensão tende a degenerar em conflituosidade por sobreposição da hostilidade relativamente à hospitalidade. A ética apela então à interatividade – solicitude para com o outro e acolhimento do outro – como condição da solidariedade. O turismo que busca o exótico por si mesmo pode experienciar a diferença pelo voyeurismo, mas nunca a compreende porque, em última análise, a recusa ao recusar a reciprocidade pela qual cada um toca os outros, estando disponível para ser por eles tocado, não significando isto que aceite ou seja aceitado sem mais. O *Código Mundial de Ética para o Turismo* salvaguarda estes aspetos logo no seu artigo 1.º onde se pode ler: “As atividades turísticas devem conduzir-se em harmonia com as especificidades e tradições das regiões e países de acolhimento, e observando as suas leis, usos e costumes; As comunidades de acolhimento por um lado, e os atores profissionais locais por outro, devem aprender a conhecer e respeitar os turistas que os visitam, e informar-se sobre os seus modos de vida, gostos e expectativas; a educação e formação ministradas aos profissionais contribuem para um acolhimento hospitaleiro”.

Embora o isolamento de algumas comunidades se vá esbatendo com a globalização, a verdade é que a atividade turística ainda se confronta com o choque de duas lógicas: a societária e a comunitária. A primeira, contemplando uma multiplicidade de representações e de tipos de laços sociais, revela-se tão recetiva à coexistência interna de modelos sociais diversificados como avessa a paradigmas socioculturais alternativos, nomeadamente os de perfil comunitário tradicional, precisamente por se organizarem em torno de um só tipo de laços sociais, normalmente o familiar. O monolitismo organizativo destas comunidades torna-se assim objeto de curiosidade e, por vezes, do delineamento de utopias sobre a sua vivência que o marketing turístico assiduamente promove explorando o fascínio pelo mistério daquilo que é estranho e que simultaneamente aparece com a atração pela alegada pureza de um “primitivo” ideológico em contraste com um certo cansaço relativamente às agruras ou desen-

cantos do quotidiano. Contudo, quando assim acontece, a rutura entre dois tipos de solidariedade – a “orgânica” e a “mecânica”, para utilizar os conceitos de Durkheim – traz dificuldades acrescidas a que se crie um verdadeiro encontro. Os visitantes facilmente receiam a insegurança da fragilidade – real ou representada – de coletivos regulados essencialmente por formas de solidariedade pouco institucionais porque fundamentalmente assentes em laços grupais, sobretudo familiares ou de vizinhança. Ao mesmo tempo, são grandes os riscos de se introduzir danos nos equilíbrios comunitários, perturbando-se a sua identidade sem lhes ser proporcionadas reais alternativas.

### **A HOSPITALIDADE COMO CONCEITO E PRÁTICA MULTIDIMENSIONAL**

Ora, normalmente, tanto o hospedeiro como o hóspede aspiram pela hospitalidade na medida em que esta, sendo um valor, é pressentida e sentida como suscetível de lhes trazer bem-estar, precisamente porque a presença do outro contém um potencial de recompensa, ainda que de formas diversas conforme as expectativas geradas pela situação e perfil de cada um. Uma recompensa que pode situar-se no plano da gratuidade – pelas relações de afeto – ou/e porque, com ela, advêm vantagens económicas, sociais, culturais ou estritamente pessoais enquanto lazer, aventura, descoberta ou prazer. Estas recompensas são-no, no fundo, porque somos seres vulneráveis marcados por necessidades primeiras e segundas – naturais e adquiridas – e, por isso, seres suscetíveis de felicidade ou sofrimento.

Sabemos bem que é com base nestas necessidades que o marketing desenvolve as suas estratégias com vista à captação de clientes. Necessidades estas que, em princípio, evoluirão para manifestações de vontade e de procura de produtos turísticos compatíveis. Produtos que poderão gerar satisfação ou insatisfação na medida em que correspondam – ou excedam até! – as expectativas criadas. Dever-se-á reforçar assim uma interatividade reciprocamente vantajosa entre o turista e as empresas e outras entidades que não só promovem como lhes proporcionam o acesso aos referidos produtos e serviços.

Ora, para nós, é precisamente na qualificação desta interatividade que reside a hospitalidade.

A hospitalidade tem, deste modo, a ver com os atos de dar e receber que estarão idealmente pressupostos na interatividade promovida pelo marketing turístico. Uma interatividade que, na sua dimensão coletiva, se deverá traduzir pela aceitação recíproca de uma certa civilidade dos comportamentos suscetível de reunir visitantes e visitados. A quebra deste *status quo*, a ocorrer, fratura a harmonia dessas relações, emergindo então, potencialmente, situações de alheamento e até de hostilidade.

É que, no caso do turismo, a hospitalidade, para além da sua dimensão social e ética, torna-se uma componente económica e social decisiva pois remete para a satisfação do turista no que respeita ao serviço adquirido e para as comunidades de destino, que são igualmente as comunidades de acolhimento, as quais aspiram a retirar vantagens no que respeita ao incremento do seu bem-estar. Todavia, sabemos também, tais vantagens, sobretudo em sociedades com estruturas democráticas mais frágeis, tendem a ser desviadas para empresas estrangeiras nomeadamente dos países emissores de turistas, para estruturas centrais dos estados que escapam ao controlo das populações ou para grupos de interesses locais.

O efeito da distância entre a residência e o destino, ao poder reforçar sentimentos de insegurança, faz aumentar a importância da questão da hospitalidade, sendo um facto também que o contraste ou, pelo contrário, a semelhança entre as condições que são proporcionadas – e aquelas que se deixaram – pode, respetivamente, conforme os casos, agudizar ou pelo menos fazer diminuir, senão neutralizar, tais sentimentos. Por isso, muito especialmente o turismo para a terceira idade está normalmente atento a esta condicionante, chegando mesmo a explorar em seu proveito a atenuação do diferente, tornando essa atenuação um fator positivo. Se é flagrante a tendência para que os fluxos turísticos ocorram no sentido inverso dos grandes movimentos migratórios, ou seja, se em larga medida os turistas se cruzam com os migrantes – os primeiros em busca de prazer, os segundos à procura de satisfazer as suas necessidades básicas –, é verdade igualmente que a hospitalidade, com cambiantes diferentes, é esperada por todos. Componente decisiva desta

hospitalidade é invariavelmente a da segurança, exigida pelos primeiros, simplesmente esperada pelos segundos, imposta por uns com a força da supremacia económica, prometida aos outros, mas muitas vezes não assegurada dada a fragilidade dos segundos.

Estamos a assumir que, muito especialmente no caso do turismo, o marketing não se pode reduzir a estritos imperativos económicos, mas que, inclusive para se atingir objetivos deste cariz, importa mobilizar igualmente a dimensão humana dos valores éticos necessariamente presente na hospitalidade, a qual não pode nunca ser reduzida à estrita dimensão do acolhimento hoteleiro, como frequentemente o fazem diversos autores anglo-saxónicos, do que é exemplo o manual *Marketing for Hospitality and Tourism* de autoria de Philip Kotler et al. (2017: 30, 31) que não hesita mesmo em distinguir, no âmbito do turismo, a noção de hospitalidade da noção de viagem – “The two main industries that comprise the activities we call tourism are the hospitality and travel industries” – para, logo de seguida, explicitar a visão economicista da interatividade em causa: “Marketing is the process by which companies create value for customers and build strong customer relationships in order to capture value from the customer in return”.

## INTERCULTURALIDADE E INTERATIVIDADE NO TURISMO

Desde logo a propósito da relação entre turistas e populações hospedeiras, a qual só passará de um mero patamar multicultural para uma plataforma autenticamente intercultural se superar os constrangimentos, diremos nós neocolonialistas, se ascender a uma vivência pós-moderna em que os turistas interiorizem uma postura não só de questionamento do sentido das culturas dos povos que visitam, como igualmente deixem interpelar a sua própria identidade, aceitando e valorizando que a alteridade pode e deve ser constitutiva do que é próprio. Como escreveu Islam (1996: vii), a viagem é uma “implementação formativa de se tornar-outro”, pois quem viaja tem a oportunidade de apreender mais-valias que eram exteriores ao seu quadro de referenciais no processo de construção ou de reconstrução do seu *self*.

A este propósito reproduzimos aqui a conclusão do artigo de Ankor e Wearing (2016: 188) anteriormente já citado, o qual sintetiza com clareza e exaustividade o papel da interatividade na relação entre visitante, visitado e a respetiva envolvência que constitui a pedra de toque da interculturalidade em turismo – e com esta a possibilidade de uma real hospitalidade – assumida na sua plena horizontalidade e, portanto, na recusa de um qualquer tipo de enculturação, seja qual for o sentido desta:

“In many tourism practices, the other does not exist except in relation to a discourse dictated by a dominant Western culture of dualistic opposition. We began our examination with the concept of the disengaged gaze of the flâneur, which supported discourses of observational neutrality. However, the concept of the choraster challenges the validity of a dichotomous stance of the self–Other relationship through establishing the role of context and the indivisibility of gaze, embodiment and emplacement. The tourist space inheres interactions between tourist, the host’s culture and values and the destabilizing of preconceived understanding. The gaze is confounded by the alterity of the other and it is necessary to understand that gaze is much more than a tool of observation but is fundamental to concepts of being and existence. If traveling is an activity that enables the individual negotiation of identity and subjectivity through a non-reductive relation with the other, then the return of the gaze is an invitation for simultaneous generosity. In acknowledging the host’s separateness, the tourist takes the host gaze into their own, in a response of opening to difference. We offer this conception to a subject-centred understanding of tourism that allows for the host’s role in tourist cultures”.

Mas, para efeito de um enquadramento exigente da problemática ético-antropológica subjacente ao questionamento do fenómeno da interculturalidade no âmbito do turismo, parece-nos útil a mobilização da meticulosa análise que Paul Ricoeur faz em *Soi-même comme un Autre*, designadamente quando este filósofo privilegia as intervenções históricas de Locke e de Kant.

Locke, recordemo-lo, distingue a identidade do homem como pessoa da do homem como mero ser vivo, nomeadamente pela capacidade daquela em refletir. A este propósito, escreveu Ricoeur: “basta considerar a memória como expansão retrospectiva da reflexão” para se verificar, radicalizando o próprio Locke, que “a viragem da memória e da reflexão marcava de facto uma mudança em que a ipseidade se substituíva silenciosamente à mesmidade” (*op. cit.*: 151). Kant, por sua vez, ainda segundo a interpretação de Ricoeur, introduz, com o segundo imperativo categórico, uma tensão entre dois termos: o de “humanidade” e o de “pessoa”, entendida esta como um fim em si e aquela enquanto expressão de uma universalidade abstracta, apesar de tudo credora de uma linha de continuidade em relação ao “princípio de autonomia”. Esclarece, então, Paul Ricoeur: “(a ideia de humanidade) apresenta a mesma estrutura dialógica que a solicitude, mas elimina desta toda a alteridade radical, limitando-se a vincular o princípio da autonomia da unidade, que não considera as pessoas em si, à pluralidade” (*idem*: 261). Por outras palavras, com Kant inaugurar-se-á uma tensão, plena de consequências, entre a ideia de uma autonomia tributária da pluralidade introduzida pela noção de pessoa e o esmagamento da alteridade pela ideia de humanidade implícita, por exemplo, na concepção de “natureza racional”.

Neste contexto crítico, a nossa proposta vai no sentido de, explorando as achegas de Ricoeur, afirmarmos a interculturalidade enquanto expressão e condição da pessoa humana e da sua identidade, o que significa retirar a esta noção as conotações culturalistas que, ao esvaziarem as condições do exercício primeiro da reciprocidade interpessoal, ameaçam a autenticidade do seu estatuto antropológico. A interculturalidade será, pois, focalizada como emergindo – no espaço e no tempo – da própria alteridade originária da identidade de si, o que lhe confere inalienáveis competências dialógicas e bloqueia o universalismo decorrente de uma humanidade abstrata que, revelando-se ser ditado por uma hegemonia etnocêntrica de sentido, tendencialmente ameaçará o fundamento daquelas.

Raúl Fornet-Betancourt (2011), na esteira da hermenêutica de si de Paul Ricoeur, a qual defende que o mais curto caminho de si para si mesmo é o outro, propõe-nos uma superação do universalismo da globalização através

do qual o mundo ocidental, segundo ele, impõe uma uniformização cultural a partir dos modelos que veicula. Em contraposição, alvitra uma universalidade concreta e plural capaz de, inspirada numa filosofia da libertação, contemplar e promover até as diferenças entre as diversas identidades culturais através de processos dinâmicos de transculturalização assentes numa valorização das dimensões relacionais das culturas e não em pressupostos etnocêntricos de superioridade de uma dada cultura sobre as outras. Não se tratará sequer, por esta via, da construção de uma cultura comum, mas antes da transformação das várias culturas pelo aprofundamento do diálogo e da interação entre si e o desenvolvimento da auto-crítica por parte de cada uma delas com vista à criação de um “espaço de vida comum”.

Para melhor se compreender a posição deste autor e o seu alcance no que se refere a um efetivo encontro com os outros povos, baseado na hospitalidade e não na dominação e através do qual se possa construir um “novo horizonte de compreensão”, vale a pena retermos a seguinte passagem da obra que aqui seguimos:

“Seria questão de elaborar uma forma de racionalidade que ultrapasse os limites atuais da nossa teoria do entendimento e nos permita abordar o mundo e a história do ponto de vista da periferia ou da exterioridade do outro.

Tratar-se-ia em seguida de não fazer da nossa própria maneira de pensar o critério do encontro com o outro. Por outras palavras, não erigir as nossas categorias teóricas como o horizonte exclusivo a partir do qual “abordamos” o outro, o compreendemos e o definimos. Esta maneira de “compreender” assimila e incorpora o outro por redução, mas não se desenvolve como um processo de conhecimento que reconheça no outro uma origem de sentido igualmente digna e original. Por esta razão, conviria não o abordar a partir da nossa maneira de pensar, mas antes do contexto histórico do encontro com ele, do momento em que a sua presença é testemunhada de diferentes maneiras – resistência, memória, etc. –, e a partir do “reverso da história”, da força alternativa da sua visão. O encontro com o outro é assim uma interpelação a partir da qual a nossa maneira de pensar deveria ser revista.

(...) Apesar da sua história de opressão, o outro incarna sempre um discurso original que abala as nossas certezas e convicções. Mais ainda, enquanto interpelação, dá sentido ao discurso alternativo e confronta-nos assim com os limites do nosso próprio ponto de vista” (*op. cit.*: 48).

Resulta daqui que, desde o sentido da hospitalidade ao da procura de autenticidade por parte do turista, designadamente em destinos insulares tidos como exóticos, assumem um novo enquadramento que importa confrontar com os pressupostos expressos e implícitos da oferta, da procura e do marketing que, no seu conjunto, o inspiram e subjazem às suas opções. A interculturalidade poderá ser assim olhada como exercendo – ou devendo exercer – uma função interativa consubstancial ao próprio processo de construção recíproca de identidades pessoais e coletivas transculturais – processos, portanto, de transculturalização – e não ser reduzida ao exercício de uma mera tolerância (negativa) para com os outros. No caso do turismo, este simplismo redundará em atitudes opressoras sobre as comunidades de acolhimento em função de uma suposta neutralidade ou universalidade antropológica das culturas e referenciais sociais das sociedades de origem dos turistas, referenciais estes que tendem ainda a ser exacerbados e até forjados em prol da imposição de interesses próprios.

Tratando-se do turismo insular, sem nunca podermos generalizar sem mais, é patente a tendência nos materiais publicitários para se valorizar precisamente as diferenças entre as culturas como um fator de valorização da oferta. Esta atitude é então envolta em posicionamentos mais ou menos implícitos de admiração e, portanto, de respeito pelos hábitos e valores das comunidades a visitar, valorizadas com frequência desde logo pela simpatia do acolhimento que proporcionam. Acontece que assim se tende a postular clichés como a brandura de costumes e a pureza das mentalidades que, ocultando as contradições e problemas realmente existentes, permitem a formação ou consolidação de estereótipos que redundam numa desfocagem das representações que se constroem em torno dos povos visados.

É neste quadro artificial que se jogam as distâncias culturais existentes e, a partir daqui, o reforço ou esvaziamento

das competências interculturais, entendidas estas como estruturantes da capacidade de interação com culturas diferentes no que concerne ao que delas se pensa e ao modo de agir (cf. Friedman & Antal, 2005/ Redmond, 2000), competência esta que se organiza segundo seis competências específicas: a linguística, a de adaptação, a de descentração social, a de comunicação efetiva, a de integração social e o conhecimento da cultura de acolhimento. Em princípio, o turista será assim capaz de superar os constrangimentos inerentes à sua própria cultura. Interessante é também reter, a este propósito, os seis estádios com que Bennett (1986) caracterizou a evolução corrente de uma pessoa quando se confronta com uma cultura diferente, os quais vão desde a negação da diferença à integração, passando pela atitude de defesa, a minimização, a aceitação e a adaptação, sendo que a inexistência ou limitação no que respeita à interação com uma cultura terceira não permite que se ultrapassem os estádios da negação ou da defesa (cf. Sharma et al., 2009). Pelo contrário, a abertura e solicitude para com outras culturas acompanha o conhecimento das mesmas, traduzindo-se numa aproximação intercultural importante a que Hartman et al. (2009) apelidaram de *cultural cushion*.

Vemos, desta maneira, que se o turismo constitui uma oportunidade excelente de encontro intercultural, não é contudo evidente que tal ocorra de facto, exigindo-se com clara acuidade a formação cívica do turista, principalmente aquando da sua visita a comunidades como as das pequenas ilhas por estas estarem persistentemente envolvidas em cenários de exotismo e até de um certo primitivismo... Então, o projeto de viagem eivado de curiosidade e predisposto até a uma partilha de vida alternativa, na exata medida em que está enraizado em ilusórios estereótipos decorrentes de um inconsciente complexo de superioridade, poderá facilmente redundar em comportamentos que violentem de facto a realidade profunda e íntima das populações residentes. Estas, por um simétrico complexo de inferioridade marcado pela dependência económica e social, estarão com alguma frequência disponíveis para manifestações práticas de uma hospitalidade que aparenta corresponder adequadamente ao que os turistas lhes oferecem, podendo redundar mesmo em subserviência.

A passagem da hospitalidade à hostilidade surge também quando a comunidade de acolhimento, mais do que cada um dos seus membros isolados, se apercebe da arrogância contida nas atitudes dos turistas, o mesmo ocorrendo quando o desconhecimento e a ausência de receptividade relativamente aos usos dos hospedeiros, leva os turistas a interpretar inclusive as eventuais falhas destes por ausência de profissionalismo como afrontamentos e provocações. Os conflitos emergem então pelo aprofundamento negativo da distância cultural e conseqüente agravamento do fosso entre visitantes e visitados (cf. Ellemers & Barreto, 2001).

## BIBLIOGRAFIA

ANKOR, J.; WEARING, S. (2016), "Gaze, encounter and philosophies of otherness", in *ResearchGate*, pp.178-189 [Consult. a 30/09/2017].

Disponível em: [www.researchgate.net/publication](http://www.researchgate.net/publication)

BENNETT, M. J. (1986), "Towards ethno relativism: a developmental model of intercultural sensitivity", in *Cross Cultural Orientation: New Conceptualizations and Applications*, Nova Iorque: University Press of America, pp. 27-70.

ELLEMERS, N.; BARRETO, E. (2001), "The impact of relative group status; affective, perceptual and behavioural consequences", in R. J. Brown e S. Gaertner (eds.), *The Blackwell Handbook of Social Psychology*, vol. 4, Oxford: Blackwell, pp. 324-343.

FORNET-BETANCOURT, R. (2011), *La Philosophie Interculturelle, Penser Autrement le Monde* (trad.), Paris: Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières.

FRIEDMAN, V. J.; ANTAL, A. B. (2005), "Negotiating reality: a theory of action approach to intercultural competence", in *Management Learning*, 36 (1), pp. 69-86.

HARTMAN, K. B. et al. (2009), "Culture cushion: inherently inter-cultural tourist experience", in *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, 3 (3), pp. 259-268.

INNERARITI, D. (2008), *Ética de la Hospitalidade*, Barcelona: Ed. Península.

ISLAM, S. M. (1996), *The Ethics of Travel: From Marco Polo to Kafka*, Manchester: Manchester University Press.

KOTLER, P. et al. (2017), *Marketing for Hospitality and Tourism*, Edimburgo: Pearson Education Limited.

LE BLANC, G.; BRUGÈRE, F. (2017), *La Fin de l'hospitalité*, Paris: Flammarion.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (s/d), Código *Mundial de Ética para o Turismo* [Consult. a 30/09/2017]. Disponível em: <https://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf>

RICOEUR, P. (1991), *Ideologia e Utopia* (trad.), Lisboa: Edições 70.

SHARMA, P. et al. (2009), "Demystifying intercultural service encounters: toward comprehensive conceptual framework", in *Journal of Service Research*, 12 (2), pp. 227-242.

# ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO CONCELHO DE VALONGO: UM CONTRIBUTO

LÍDIA AGUIAR\*  
CIHC-IS CET

## RESUMO

O concelho de Valongo desde a sua fundação é o exemplo do derrubar de fronteiras perante a vontade dos homens. Criaram-se desta forma lugares de memória que urge salvaguardar, pois marcaram a sua evolução económica ao longo do século XIX e início do século XX. Metodologicamente utilizou-se a revisão de bibliografia, estatísticas da Câmara Municipal de Valongo e o reconhecimento no terreno. Toma-se como objetivo deste artigo o incentivo ao estudo metodológico de todo o património cultural e natural de que o concelho é detentor, colocando-o ao serviço do turismo. Pretende-se contribuir para uma organização e desenvolvimento turístico do concelho e conseqüente incremento económico e, ainda, para um maior orgulho das suas gentes pelo local em que habitam.

## PALAVRAS-CHAVE

Concelho de Valongo; Lugares de Memória; Património Cultural; Património Natural; Desenvolvimento turístico.

## ABSTRACT

Since its foundation, the county of Valongo is an example of overturning frontiers before the will of men. In this way, created memories of the economic evolution throughout the 19<sup>th</sup> had early 20<sup>th</sup> centuries need to be safeguarded. Methodologically, the literature review, Valongo City Hall statistics and field recognition were used. The purpose of this article is to encourage the methodological study of all cultural and natural heritage of which the county is the holder by placing it at the service of tourism. The intention is to contribute to a tourism organization and development of the county and consequent economic increase apart from also to contribute for the pride of inhabitants.

## KEYWORDS

Valongo County; Memory Places; Cultural heritage; Natural heritage; Tourist development.

## INTRODUÇÃO

Com o presente artigo pretende-se dar a conhecer o concelho de Valongo, a sua formação e desenvolvimento. Paralelamente é objetivo abordar alguns dos seus lugares de memória e como a sua Patrimonialização pode contribuir para a alavancagem turística do destino, sempre tendo em conta os pilares da sustentabilidade.

O concelho é rico em património material e imaterial e possuidor de excelentes acessibilidades. A cidade de Valongo e todas as suas freguesias podem beneficiar dos fluxos turísticos que vêm sendo desviados para os novos hotéis construídos no seu território e que praticam preços acessíveis. Reter estes turistas deve ser um dos primeiros objetivos para o concelho. Para tal, existe a necessidade de uma inventariação do património e de uma estruturação do território de forma a que o turista possa fruir com facilidade pelo mesmo.

Neste contexto, a abordagem feita ao património neste artigo não se pretende exaustiva, já que o objetivo final é quebrar a fronteira do território dormitório e alcançar uma extensão do território turístico. Como a criação do próprio concelho demonstra só não se quebram fronteiras se não existir vontade do homem. É este o objetivo do presente trabalho.

## 1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE VALONGO E ACESSIBILIDADES

O concelho de Valongo está situado na região norte de Portugal. Integra a área Grande Porto (NUT III). Está limitado a norte por Santo Tirso, a nordeste por Paços de Ferreira, a leste por Paredes, a sudoeste por Gondomar e a oeste pela Maia.

\* Professor Coordenador. [laguiar@iscet.pt](mailto:laguiar@iscet.pt).

Este município é constituído por quatro freguesias: Valongo, Alfena, Ermesinde e União de Freguesias de Campo e Sobrado, com uma área total de 75,7 Km<sup>2</sup>.

É um dos mais pequenos concelhos do país em área, mas densamente povoado. Possui 95 mil habitantes, ou seja, cerca de 1200 por km<sup>2</sup>, o que o torna, considerando a densidade populacional, um dos maiores do país (Carvalho et al., 2015).

Não confinando diretamente com a cidade do Porto, beneficia de excelentes acessibilidades, sendo atravessado pelas autoestradas A4, A3 e ainda a A41. Usufrui de um excelente serviço da CP através das linhas do Minho e Douro. O serviço da CP é preponderante na ligação a grandes urbes como Braga ou Guimarães, através da linha do Minho. Já a linha do Douro permite ligações até à cidade da Régua. Dependendo da freguesia onde o habitante se situa pode usar uma das linhas e aceder ao Porto em 20 minutos.

Mantém as ancestrais estradas de ligação a cidades, como Porto e Penafiel, por onde circulam inúmeras carreiras de transporte público. Particularmente do centro de Valongo para o Porto, este tipo de transporte está assegurado por diversas carreiras que têm o seu terminal em diferentes pontos desta cidade.

Também é possível o transporte até à cidade de Gondomar e Penafiel (para esta pode optar pela carreira de autocarro ou pelo comboio – linha do Douro).

No que se refere a alojamento, o concelho possuiu já algumas unidades hoteleiras de que o turista pode usufruir a preços bem mais económicos do que os que se registam na cidade do Porto. Destaca-se, pela sua qualidade e excelente localização, o Hotel Portas de Santa Rita, na freguesia de Ermesinde, que possui 21 quartos, dos quais 5 são suites, sendo 1 preparado para deficientes motores. Este hotel, dispõe de *wifi* gratuito, garagem e parque de estacionamento privativo, com recepção 24h. Já na freguesia de Valongo, o Park Hotel Porto Valongo, possui 99 quartos, *wifi* gratuito, recepção e bar 24 horas e estacionamento coberto e descoberto. Possui ainda 4 salas de reuniões. Esta unidade hoteleira pertence à cadeia dos Park Hotel, onde se inserem os hotéis Porto Gaia e Porto Aeroporto. Tem uma grande capacidade de atrair turistas internacionais que para aqui se deslocam quer movidos

pelo preço ou pela lotação esgotada nos outros hotéis da cadeia; torna-se desta forma um importante recurso complementar que nunca pode ser esquecido no planeamento turístico do concelho.

Existe, ainda, bem no centro da cidade de Valongo um pequeno, mas muito hospitaleiro Hostel, que possui uma alargada gama de serviços, entre eles um serviço de *Shuttle* sempre disponível mediante marcação (Valongo, 2018).

Finalmente, para terminar o levantamento dos recursos complementares, a restauração encontra-se bem preparada com um imenso conjunto de restaurantes capazes de satisfazer os gostos do turista ou visitante mais exigente.

### 1.1. Enquadramento histórico

Valongo é um concelho que nasceu no século XIX após a revolução liberal. Nesta altura verificou-se a necessidade de se proceder a uma reforma administrativa. Entre os deputados encontrava-se Dias de Oliveira<sup>1</sup>, natural de Valongo, que lutou para que a sua aldeia subisse a sede de concelho. E tanto argumentou que convenceu os seus pares a retirar territórios aos vizinhos da Maia e de Aguiar de Sousa, constituindo desta forma o concelho de Valongo em 1836 com 1925 fogos.

Tornava-se necessário encontrar uma casa que albergasse condignamente a Câmara deste novo município. Como outra não havia, alugou-se a Bernardo Martins da Novoa, um brasileiro torna viagem, que na aldeia de Valongo havia construído uma bela casa solarenga após o seu regresso do Brasil.

A razão pela qual Dias de Oliveira teve sucesso em conseguir fazer da sua aldeia um concelho prende-se não só à sua inteligência e forte poder de argumentação, mas muito em particular a um lugar e a uma memória deveras marcante para os liberais e para a rainha D. Maria II.

Na Ponte Ferreira verificou-se a primeira grande vitória dos liberais contra os miguelistas e conta-se que D. Pedro IV ao atravessar a aldeia de Valongo “estranhara que ela fosse ainda simples freguesia, dado tratar-se de tão grande povoado, situado em local agradabilíssimo e importante pelo seu comércio e indústria”<sup>2</sup>.

Pelo Decreto de 28 de novembro de 1836, que cria o município de Valongo, a Rainha (D. Maria II) refere, expressamente, que esta terra lhe merece gloriosa recordação por ter sido daí que D. Pedro IV, seu pai, dirigiu a vitoriosa Batalha da Ponte Ferreira.

A 1.ª sessão da Câmara só teria lugar a 3 de março de 1837. O 1.º ato deste corpo administrativo foi agradecer à Rainha a criação do concelho. Apelou à elevação da sua sede à categoria de vila. Mesmo antes do deferimento do pedido, a partir de 15 de março de 1837, torna-se habitual nas atas aparecer de início “nesta vila de Valongo”. O título de vila foi dado pela Rainha, no mês seguinte, em decreto de 17 de abril de 1837 (Cabrita et al., 1973).

Por ser atravessado por diversos cursos de água tais como o Rio Leça e o Rio Ferreira e respetivos afluentes, proporcionou-se o fomento da agricultura e da moagem. Desenvolveu-se desta forma uma forte indústria de panificação e de biscoitos que se tornaram conhecidos na cidade do Porto, onde chegavam diariamente transportados em mulas ou à cabeça de mulheres valonguenses que percorriam toda a estrada real entre a vila e a cidade.

A chegada do comboio no ano de 1875 a Valongo veio proporcionar um incremento na sua indústria e comércio. A abertura da estrada real n.º 15 foi outra acessibilidade importante para este novo concelho. Estes dois setores desenvolveram-se e proporcionaram a vinda até Valongo de muitos homens de negócios, surgindo a necessidade de alojamento.

Surgiu, então, o primeiro estabelecimento hoteleiro da vila de Valongo com a denominação de Hotel Central, em 1907, sendo seu proprietário Manoel Marques de Carvalho e Silva, tendo uma capacidade para 7 hóspedes (Cabrita et al., 1973).

## 2. LUGARES DE MEMÓRIA

Pode ser considerado um lugar de memória, um edifício, um monumento, mas também um museu ou uma biblioteca, ou ainda a simples toponímia de um lugar que incite à recordação. É neste sentido que o historiador Pierre Nora entende que o passado além de reinventado pode ser relembrado pelos novos sentidos produzidos quer

por sujeitos individuais quer coletivos (Nora, 1997). Ou seja, na definição de Nora, os lugares de memória tornam-se fundamentais para os indivíduos se reconhecerem, diante dos problemas da contemporaneidade. Desta forma é possível entendê-los como um misto entre a memória e a história, já que na perspetiva ainda do mesmo autor não se pode recorrer só à memória, pela necessidade de se identificar a origem, pois a memória necessita de algo que a identifique com o passado (Nora, 1993).

Nesta sequência, ousamos considerar que se pode estar perante a necessidade de se abrir aqui para um processo de Patrimonialização, pois o património tem a qualidade de se reconfigurar numa espécie de espelho, para onde o indivíduo (ou comunidade) congrega o seu esforço de reflexão a fim de descobrir, redescobrir ou somente recordar uma parte de si mesmo e de todos os que estão à sua volta. Este envolvimento com o património pode transfigurar-se num ato nostálgico, no entender do antropólogo Maure, “A nostalgia é um sentimento de ter perdido qualquer coisa no tempo e no espaço e ter a necessidade de nunca esquecer” (Maure cit. por Aguiar, 2015: 118).

A Patrimonialização é o ato de materializar e disponibilizar a todos o património, pelo que deve traduzir para as comunidades envolvidas a consciência de partilha cabendo aos investigadores e poderes políticos a responsabilidade de acautelar a autenticidade do património material e imaterial que expressa e recai na identidade cultural das comunidades (Aguiar, 2015).

E nesse contexto faz então sentido abordar-se alguns lugares de memória do concelho de Valongo:

A Ponte Ferreira – esta ponte que se localiza na freguesia de Campo fazendo fronteira com o burgo de Gandra já no concelho de Paredes. Construída em granito é composta por três arcos. Numa das extremidades apresentava uma casa de portagem (atualmente já derubada) que desde finais do século XVIII cobrou impostos sobre trigo e pão, com a finalidade de financiar as obras da Igreja Matriz de Valongo. Era por esta ponte que o Porto estava ligado a Penafiel e Amarante através da estrada real n.º 15. Na outra extremidade da ponte surgem umas alminhas em honra de Nossa Senhora do Carmo. Desde que há memória, as populações identificavam esta construção aos mortos na batalha ali verificada, mas estu-

dos apontam para que esta seja já de construção anterior à disputa (Moreira, 2012).

A batalha que aqui se desenrolou nos dias 22 e 23 de julho de 1832 (após o desembarque de D. Pedro na praia da Boa Memória) não terá sido mais do que uma tentativa de os liberais abrirem o cerco do Porto. Dado o número reduzido de tropas, acabaram por recuar deixando o terreno para os absolutistas (Lloyd, 1833).

Como consequência, o Porto fica privado do fornecimento de pão que as padeiras da freguesia de Valongo normalmente abasteciam esta cidade. Para impedir o fabrico deste produto são destruídos inúmeros moinhos e inutilizado fornos, bem como apreendidas farinhas. Os absolutistas só abandonaram a freguesia de Valongo a 18 de agosto de 1833 (Moreira, 2012).

Finda a Guerra Civil, a Ponte Ferreira torna-se num marco identitário para um concelho que irá nascer dentro de um contexto de renovação administrativa do país. Daí que, no primeiro Braço de Armas da vila e concelho de Valongo, a ponte sobressai entre dois ramos de louro, como que a reclamar a vitória na batalha e o triunfo dos liberais (Cabrita et al., 1973).

Igreja Matriz de Valongo – As obras de construção desta igreja tiveram início a 5 de março de 1794. Os moradores de Valongo ansiavam por uma igreja majestosa e imponente. A sua construção levou mais de 40 anos, o que se ficou a dever às características dos tempos conturbados que se viveram. Esta Igreja é hoje um lugar de memória para a sua população, em particular para as famílias dos muitos padeiros que financiaram as suas obras. É uma marca das invasões francesas que aqui aquartelaram as suas tropas durante a segunda invasão francesa. Ela constituiu também uma ligação ao absolutismo, já que serviu de cavaliária às suas tropas, ofensa grave à população local. Na atualidade impõe-se na paisagem através da sua imponência e da sua estética (Azevedo, 1999). Segundo fonte do Arquivo Histórico e Municipal de Valongo, o órgão que ainda hoje mantém foi instalado no ano de 1880, pelos mestres estrangeiros que se deslocaram a Portugal para assentar um órgão semelhante na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na cidade do Porto. Através dos documentos consultados, constatou-se ter sido João Moreira da Costa Lima que adjudicou a obra à casa

Peter Conacher e Comp.<sup>a</sup>, de Huddersfield, em Liverpool, pelo valor de 230 libras esterlinas.<sup>3</sup>

Na freguesia de Ermesinde destaca-se a Igreja da Santa Rita e Convento da Formiga. Este convento, que data do século XVIII, é dedicado a Nossa Senhora do Bom Despacho e a Santa Rita. A Igreja é um misto de barroco e neoclássico. Durante o cerco do Porto o convento foi transformado em hospital das tropas absolutistas e por ali passou D. Miguel várias vezes. Após a vitória dos liberais e extintas as ordens religiosas o convento manteve-se ligado à educação. Com a República torna-se num internato para rapazes e mais tarde o Colégio de Ermesinde. A igreja é um local de peregrinação regional, onde os peregrinos são movidos pela fé a Santa Rita. É no dia 22 de maio que se realiza a maior festa a esta Santa, conhecida como a festa das rosas (Dias et al., 2001).

A indústria da panificação teve, desde há séculos, uma importância económica no concelho de Valongo. Se a construção da sua Igreja Matriz em grande parte se deve à vontade inabalável dos padeiros desta terra, outros lugares de memória nos foram legados por esta indústria e que se torna necessário dar a conhecer, sempre mantendo a sua autenticidade.

Moinhos e fornos a lenha – Este território é atravessado por inúmeros rios e ribeiros que desaguam no rio Ferreira. Daí se ter desenvolvido a indústria da moagem. Embora com uma economia assente na agricultura, a produção de trigo era manifestamente insuficiente, pelo que maioritariamente chegava de Trás-os-Montes. Viria em barcas e era descarregado em Gramido, concelho de Gondomar e transportado por almocreves. Também era comprado na cidade do Porto onde os almocreves se deslocavam assiduamente e na viagem de regresso carregavam o trigo.

São os moinhos e ainda algumas padarias que fazem recordar um dos mais afamados mestres deste concelho. Todas as terças, quintas e sábados as padeiras de Valongo deslocavam-se ao Porto onde eram vistas na Praça de S. Bento, S. Domingos e na Rua das Flores. A regueifa, o molete e o biscoito eram ainda vendidos na Praça de Santa Teresa e na feira de São Lázaro (Almeida Lima, 2000).

Neste concelho é ainda possível observar em bom estado de conservação alguns moinhos e visitar padarias

com fornos a lenha, onde mediante marcação previa é viável experienciar o fabrico do pão ou do biscoito.

A atividade mineira foi outra das grandes fontes económicas para o concelho. Existem marcas da exploração de ouro desde o tempo da ocupação pelos romanos, vestígios que urge recuperar e colocar ao dispor do turista. Porém a extração de ardósia foi uma das indústrias que mais marcou o concelho, perpetuando esta atividade na memória das suas gentes.

Pode-se ainda encontrar memórias da indústria têxtil, outra das atividades marcantes do início do século XX neste concelho de que ainda se pode encontrar um razoável espólio de memórias, antigas fachadas e arquivos que nos reportam à época.

### 2.1. Património imóvel

No site da Direção Geral do Património Cultural encontram-se inventariados três monumentos:

Cruzeiro de Valongo – Monumento Nacional – Rua do Padrão – Valongo

Decreto Lei de 16/6/1910, DG, n.º 136 de 23 de junho de 1910.

Na nota artística pode ler-se que Valongo era rico em cruzeiros que foram removidos no ano de 1869, por alegadamente impedirem a circulação e travarem o crescimento económico. O cruzeiro do Padrão tem uma função topográfica já que se situa na artéria com o mesmo nome (Rua do Padrão) e que na época ligava a cidade do Porto a Penafiel. É de estilo barroco apresentando na base do monumento uma imagem de Santo António.

Ponte de São Lázaro – Interesse Municipal – Rua de São Lázaro – Alfena-Valongo

Esta ponte tradicionalmente atribuída à época romana, após restauro em 1995 foi confirmada pelos recortes romanos encontrados. Na Idade Média integrava o caminho que do Porto se dirigia a Guimarães.

Casa do Anjo São Miguel – Imóvel de Interesse Público – Rua do Padrão, 144, Valongo

Segunda a nota artística pode-se constatar que este imóvel data de 1766. Possui dois pisos. No piso térreo encontram-se uma janela e uma porta, destacando-se a

janela com uma moldura trabalhada e uma vieira no lintel. As mísulas que suportam a varanda do piso superior são particularmente trabalhadas, onde surgem rostos nos remates. Como habitual na arquitetura cível setecentista, os pisos superiores, por serem considerados mais nobres, tinham um tratamento mais cuidado, pelo que esta casa não foge à regra. Destacam-se as sacadas das janelas bem decoradas em semicírculo no centro do qual surge a figura de S. Miguel combatendo o Dragão.

### 2.2. Eventos populares

Um dos eventos populares que mais caracteriza o concelho, pela sua originalidade e grandiosidade, realiza-se a 24 de junho na freguesia de Sobrado. A Festa da Bugiada e Mouriscada envolve toda a comunidade. Ela representa a luta entre os Bugios (cristãos) e os Mourisqueiros (Mouros) pela posse da imagem de S. João Baptista. Além da contenda principal que representa a luta entre o bem e o mal, apresenta-se ainda outras cenas da vida quotidiana como a Sementeira da Praça ou a Cobrança de Direitos (Turismo Porto e Norte, 2018).

### 2.3. Património natural

As conhecidas Serras do Porto encontram-se encravadas nos concelhos de Valongo, Gondomar e Paredes. Situam-se a cerca de 6 Km do Porto e têm um elevado potencial paisagístico e natural. Estão protegidas pela Rede Natura 2000, dado o elevado valor ao nível faunístico e também da flora, de onde se salientam as plantas carnívoras e os fetos de Valongo, assim chamados por se encontrarem em vias de extinção, após se terem perdido as últimas espécies na Serra de Sintra. Segundo a opinião dos biólogos, a sua manutenção na Serra da Santa Justa<sup>4</sup> fica a dever-se aos terrenos húmidos e pouco iluminados que os fojos<sup>5</sup> lhes proporcionam (Nunes et al., 2002).

### 3. ORGANIZAR E DESENVOLVER PRODUTOS TURÍSTICOS

Tal como afirma Beni (2007), sem existir um conjunto de recursos naturais ou culturais não é possível fazer um planeamento turístico, já que são estes os elementos fundamentais que influenciam os trânsitos turísticos. Além destes há ainda que agregar toda uma oferta de serviços complementares de que um turista ou visitante possa usufruir, tal como o alojamento, a restauração, empresas de animação turística, mercados, comércio local, acessibilidades, telecomunicações, entre outros (Estevão et al., 2015).

Pode-se então dividir os recursos primários de uma região ou país em duas grandes categorias. Os que se referem ao património cultural, sejam eles de origem histórica, monumentos ou manifestações populares e que se podem tornar em grandes atrativos turísticos quando devidamente apresentados. Como refere Figueira (2003), Portugal tem uma história de décadas e uma geografia humana muito particular, pelo que conjugando estes dois fatores o turismo português pode e deve diferenciar-se sem perder a autenticidade dos lugares e das tradições das suas gentes. Ainda com recurso primário temos o património natural, que no mundo atual vem ganhando cada vez mais adeptos, fruto da vida stressante das cidades e da necessidade de repouso, bem como a elevada possibilidade de experiências que podem ser criadas no meio rural (Kastenhols, 2012).

Sendo os recursos primários aqueles que em primeira instância atraem o turista/visitante, não são suficientes para os manter nos destinos. Para tal, surgem os recursos complementares que congregam todo um manancial de apoio às necessidades primárias de quem pretende fruir por determinado território (alojamentos, restauração, entre outros) (Silva et al., 2017).

Porém a boa organização e domínio sobre os recursos primários torna-se essencial para a preparação da oferta. É importante o desenvolvimento de estratégias em torno de cada recurso primário, pois são eles os elementos diferenciadores de cada destino. Para os potenciar torna-se necessário realizar um trabalho de campo e elaborar um inventário exaustivo das reais capacidades

de cada um, adicionando todas as informações existentes (Silva et al., 2017).

Os recursos primários devem ter um elemento comum, ou seja, sozinhos ou em conjunto devem ser capazes de atrair o turista e conseqüentemente incrementar a fruição turística pelos territórios. Para que isto se verifique, os recursos devem ser transformados em atrativos em concordância com o Decreto Lei 191/2009, que define recurso turístico como os “bens que pelas suas características naturais e culturais ou recreativas tenham capacidade de motivar a visitaçã o e fruição turística”. Estamos, assim, perante a necessidade de organizaçã o de linhas de investigaçã o, pois os inventários não são mais uma simples lista informativa sobre o património existente; trata-se, sim, de uma questã o de ciência e de saber comunicar. Estes recursos depois de devidamente inventariados e trabalhados ficam capazes de entrar na cadeia turística, tornando-se indispensáveis à estruturaçã o do destino, pois concorrem não só para a sua alavancagem económica, mas em definitivo quebram barreiras e abrem fronteiras para que o destino entre no mapa dos territórios turísticos (Figueira, 2003).

Seguindo a mesma opiniã o, Silva & Umbelino (2017) entendem que os inventários permitem que os destinos avaliem as suas reais capacidades para o seu desenvolvimento turístico e se valorizem criando fatores de atraçã o. Da mesma forma os trânsitos turísticos poderão ser geridos com competência, organizando-se os recursos complementares de forma a apoiarem eficientemente os primeiros. Isto significa que o território deve-se organizar e desenvolver-se numa perspetiva de *cluster*<sup>6</sup> potenciando ambas as tipologias de recurso em simultâneo.

Finalmente é necessário que os organismos públicos tenham ainda em conta que, além do potencial turístico e do valor dos recursos, tudo fica dependente das acessibilidades e facilidades de locomoçã o dentro do próprio destino e das infraestruturas de apoio, tais como hospitais, bombeiros, postos de turismo, entre outros (Cerro, 1993).

### 4. LIMITAÇÕES AO ESTUDO E À INVESTIGAÇÃO

Para que os recursos primários após de devidamente tratados cumpram o seu papel económico, devem satis-

fazer as expectativas do público mais exigente, conseguindo surpreendê-lo pela positiva. Citando Simonetta Luz Afonso<sup>7</sup>, a propósito da ligação entre Património e Turismo Cultural, “Mais do que construir um mundo para o turismo é necessário construir um mundo em que o Turismo também tenha o seu lugar, mantendo sempre vivo o que de mais genuíno possuímos, encontrando o ponto de equilíbrio entre a modernização, as vivências mais autênticas e a adaptação necessária à procura turística” (Lopes, 1999).

Para se construir traçados de visita em qualquer território deve-se observar os procedimentos técnicos normalizados para os objetivos e planos estratégicos de cada caso, tendo em conta que em cada lugar deve procurar a sua diferenciação, pois aí reside a singularidade que maior valor acrescenta à região. Por outro lado, é da maior importância não esquecer as questões ligadas à sustentabilidade, pelo que os organismos oficiais devem ter presentes, no desenvolvimento dos planos estratégicos de turismo, um especial cuidado para com a preservação dos bens culturais e naturais, dirigindo uma orientação pedagógica ao meio empresarial para que este assuma as suas responsabilidades na estruturação da oferta, preservando no presente para, assim, continuar a usufruir dos recursos no futuro (Figueira, 2003).

No concelho de Valongo não foi possível encontrar um único inventário nem um plano estratégico de turismo. Desta forma, o estudo limita-se a dar linhas de orientação, esperando-se que em breve seja possível elaborar um trabalho neste concelho, que apesar de não ser dos mais antigos de Portugal, sabe-se ser rico em património imaterial, material e natural. Situando-se perto da cidade do Porto e com boas acessibilidades, pode constituir uma alternativa a quem visita esta cidade ou mesmo para os Portuenses que necessitam de vivenciar novas experiências.

A valorização do património material e imaterial, bem como a estruturação do património natural, poderá conduzir a fluxos turísticos anormais nas áreas estudadas; esta constatação poderá obrigar a uma reestruturação da rede de acesso às zonas de passagem das rotas turísticas, pelo que se deveria contar com a colaboração e apoio da autarquia local e juntas de freguesia.

Igualmente seria necessário a boa colaboração dos *stakeholders* locais. Todas as organizações empresariais

ligadas ao turismo deviam ser apoiadas, de modo a criarem boas práticas na receção ao turista. Mais uma vez, as autoridades locais, regionais e até nacionais tomam, neste particular aspeto, um papel primordial.

Conclui-se, pois, que a principal limitação a este estudo é a colaboração das autoridades locais.

## CONCLUSÃO

O presente artigo, que pretende ser um contributo para o desenvolvimento turístico do concelho de Valongo, apresentou uma contextualização geográfica do mesmo, bem como das suas acessibilidades, capacidades de alojamento e restauração. Prosseguiu-se com o enquadramento histórico, para que o leitor pudesse alcançar o significado da escolha dos lugares de memória selecionados como mero exemplo para o trabalho em curso. Citaram-se apenas três bens imóveis, posto serem os únicos que se inserem num inventário a nível nacional, já que a nível autárquico nenhum foi detetado. Referiu-se apenas um evento popular, a Bugiada e Mouriscada de Sobrado, posto que se encontra a decorrer uma candidatura a património imaterial da UNESCO. E, dado o elevado potencial, referiu-se, ainda, as Serras do Porto, o seu valor paisagístico e ao nível da flora e faunístico.

Levando em conta tudo o que foi observado, após a revisão de bibliografia e o reconhecimento no terreno, pode-se concluir que Valongo possui elevado potencial em recursos primários, ao nível cultural e natural, pese embora não se encontrem inventariados e trabalhados de forma a libertarem atrativos prontos a entrarem na cadeia turística. Dentro deste contexto, selecionou-se alguns recursos como mero exemplo do amplo trabalho que urge realizar. Em simultâneo, elucidou-se sobre as metodologias a aplicar, para após a inventariação se proceder à organização e desenvolvimento do produto turístico, alavancando desta forma a economia do concelho.

Perante as dificuldades encontradas e referidas no capítulo cinco, espera-se que as autoridades locais abram as suas portas para futuros estudos mais aprofundados e estruturados.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Tio avô de Oliveira Martins.
- <sup>2</sup> Cabrita e Silva (1973: 50).
- <sup>3</sup> Cerca de 1.035\$000 réis.
- <sup>4</sup> Concelho de Valongo.
- <sup>5</sup> Testemunho da exploração mineira romana ativa nas serras de Santa Justa e Pias entre os séculos I a.C. e III d.C. Os dois fojos mais emblemáticos foram adquiridos pela autarquia de Valongo: o Fojo das Pombas e o Fojo das Valérias.
- <sup>6</sup> *Cluster* em turismo considera-se uma concentração geográfica de empresas e instituições conectadas entre si para atingir vantagens competitivas (Estevão et al., 2015).
- <sup>7</sup> Lopes (1999: 13).

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Lúdia (2015), *Routes de la contrebande dans les régions frontalières Galice-Portugal (Melgaço): la muséalisation de la memoire et des traditions*, Girona: Universitat de Girona.
- ALMEIDA Lima, Maria Adelaide Gonçalves (2000), *A Padeira de Valongo – Entre o mito e a realidade*, Tese de Mestrado, Porto: FLUP.
- AZEVEDO, Maria José Coelho (1999), *A Igreja Matriz de Valongo – Arquitetura (1794-1836)*, I volume, Tese de Mestrado, Porto: FLUP.
- BENI, Mário Carlos (2007), *Análise estrutural do turismo*, S. Paulo: Senac.
- CABRITA, António Russo; SILVA, Maria Margarida (1973), *Monografia do Concelho de Valongo*, Porto: Oficinas Gráficas de O Comércio do Porto.
- CARVALHO, E., AZEVEDO, F., SOARES, I.; GONÇALVES, M. (2015), *Diagnóstico Social do Concelho de Valongo*, Valongo: Município de Valongo.
- CERRO, Francisco Leno (1993), *Técnicas de Evaluacion del Potencial Turístico*, Madrid: Ministério da Industria Comercio e Turismo.
- DIAS, Manuel Augusto; PEREIRA, Manuel Conceição (2001), *Erme-sinde: registos monográficos vol I e II*, Valongo: Câmara Municipal de Valongo.
- ESTEVÃO, Cristina; FERREIRA, João (2015), *A Competitividade no sector do turismo: Contributos, desafios e implicações*, Castelo Branco: Idiotèque.
- FIGUEIRA, Mota Luís (2003), *Manual para a elaboração de roteiros de turismo cultural*, Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.
- KASTENHOLS, Elisabeth (2012), “A experiência integral do turismo em meio rural – conceptualização na perspetiva turística e reflexão sobre a natureza da experiencia turística, com base em dados recolhidos em 3 aldeias portuguesas”, *cit in atas VIII CIRTUDES*, Chaves: UTAD.
- LLOYD, Hodges (1833), *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832 under the orders of his Imperial Magesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, Vol I, London: James Fraser.
- LOPES, Flávio (1999), *Turismo uma Ponte para o Património*, s.l.: Jornal do Programa de Incremento de Turismo Cultural, ano 2 (2), Maio.
- MOREIRA, Paulo Caetano (2012), *A Batalha de Ponte Ferreira (Campo, Valongo, 1832): um processo memorialista e de valorização patrimonial*, Tese de Mestrado, Porto: FLUP.

MOURISCADA, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA BUGIADA E (2018), *IPorto agência metropolitana da cultura* [Consult. a 23.07.2018]. Disponível em: [iporto.amp.pt/localizacoes/centro-cultural-de-sobrado](http://iporto.amp.pt/localizacoes/centro-cultural-de-sobrado).

NORA, Pierre (1993), *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, São Paulo: Projeto História.

\_\_\_ (1997), *Les Lieux de Mémoire*, França: Gallimard.

NUNES, Manuel; NUNES, Jorge (2002), *Áreas naturais da região do Porto*, Porto: Ozono.

SILVA, Francisco; UMBELINO, Jorge (2017), *Planeamento e Desenvolvimento Turístico*, Lisboa: Lidel – Edições Técnicas.

TURISMO PORTO E NORTE (2018), *Bugiada e Mouriscada – Sobrado – Valongo*, Valongo: Turismo Porto e Norte.

VALONGO, CÂMARA MUNICIPAL DE (2018) [Consult. a 23.07.2018]. Disponível em: [www.cm-valongo/pages/425](http://www.cm-valongo/pages/425).